



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

JUSTIFICATIVA DO ADITIVO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE, ESTADO DE SERGIPE, designada nos termos da *Portaria nº 162/2018* de 02 de janeiro de 2018, vem pronunciar-se acerca do aditivo ao *Contrato nº 06/2018* decorrente do processo licitatório sob a modalidade *Convite 002/2018*, cujo objeto é o fornecimento de combustível para abastecimento do veículo que serve a Câmara, o que se faz com fulcro na prerrogativa contida no art. 65, caput, e inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

CONSIDERANDO, o aumento de preços dos combustíveis conforme autorizado pelo Governo *Federal através do Decreto nº 9.042/2017*, publicado no Diário Oficial da União no dia **03.05.2017**.

CONSIDERANDO, que o processo licitatório na modalidade *CONVITE* foi realizado no dia **09 de fevereiro de 2018**, antes dos constantes aumentos de combustíveis, portanto, estamos diante de um fato superveniente do qual não era conhecido na data de abertura da licitação pelo licitante contratado.

CONSIDERANDO, que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais, trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição Federal no art. 37, inciso XXI, desde que, mantidas as condições efetivas da proposta, não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

CONSIDERANDO, que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original constante na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

CONSIDERANDO, que o restabelecimento do equilíbrio não é revelado como ato discricionário da Administração, pois uma vez estando presentes os requisitos essenciais para sua concessão a Administração não poderá recusar-lhe deferimento, são eles:

- a) *evidência de elevação dos encargos;*
- b) *ocorrência do evento posterior à formulação da proposta;*
- c) *nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos;*
- d) *inexistência de culpa do contratado pela majoração de seus encargos.*

CONSIDERANDO, que a ausência de previsão contratual ou editalícia não prejudica a aplicação do restabelecimento do equilíbrio, pois sua origem não é contratual, e sim constitucional, portanto, a partir do requerimento da contratada é que se iniciou o processo administrativo para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro, conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in verbis:

“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, demonstração de desequilíbrio, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e periodicidade”.

CONSIDERANDO, que de posse do requerimento da contratada, a Administração através dos setores competentes procedeu com à análise dos documentos apresentados, do qual verificou-se por parte desses setores o evidente desequilíbrio econômico do contrato, enviando posteriormente ao departamento jurídico visando à elaboração de parecer, sendo aprovado e consentido por todos os setores o reequilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitação entende ser admissível o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela contratada, tendo em vista que foram atendidos os procedimentos necessários para a concessão do mesmo, a exemplo de documentos devidamente protocolado pelo contratado com todos os dados do processo, justificando a necessidade do reequilíbrio e comprovando para a Administração a necessidade de recomposição de preços.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a **Comissão de Licitação** da **Câmara Municipal de Poço Verde**, pelo ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO do contrato, com fundamento no art. 65, caput, e inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação da Assessoria Jurídica e do Excelentíssimo Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

Presidente, para que, na hipótese de acatamento do mesmo, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Poço Verde (SE), 02 de agosto de 2018.


José Orlando Santana
Presidente Substituto da CPL
Portaria 162/2018


Aline Pereira dos Santos
Secretária da CPL
Portaria 162/2018